

VIDA



José Manuel Galvão Teles

“É uma loucura o que se passa na justiça”

José Manuel Galvão Teles deu três conselhos ao seu cliente, José Penedos: que lhe contasse tudo sobre a Face Oculta, que não renunciasse ao cargo de presidente da REN e que nunca dissesse que tinha a consciência tranquila. “Todos os criminosos dizem ter a consciência tranquila” é a sua justificação. Entrevista de **Francisco Teixeira e Susana Represas**. Fotografias de **Paula Nunes**

VIDA

José Manuel Galvão Teles não foge ao apelido. É advogado, sportinguista e determinado. Diz que tem mau feitio e que está farto de ver as violações de segredo de justiça passarem impunes. Defende José Penedos no caso Face Oculta e critica o estilo prossecutório do Ministério Público. Aos juízes deixa elogios pelo bom senso, e sobre a justiça uma avaliação mordaz: “É uma loucura o que se está a passar”

E

Em Aveiro, quando ouviu o juiz de instrução criminal suspender o seu cliente, José Penedos, arguido na Face Oculta, porque decidiu escrever uma declaração escrita?

Consigno fazer duas coisas ao mesmo tempo e, quando comecei a ouvir o juiz de instrução criminal a ser coerente no erro, isto é, errado do princípio ao fim, fiquei num estado de alguma irritação pela injustiça cometida e alinhabei então uns breves apontamentos à mão. Senti a necessidade de o fazer porque precisava de ser forte e justo, sem correr o risco de entrar em polémicas de que o Ministério Público gosta muito e que normalmente terminam com queixas em tribunal por parte dos magistrados (o que, aliás, até me honra muito). Tudo isto, porque o Ministério Público se sente ofendido com as minhas palavras. Sucede que em alguns processos me vejo obrigado a dizer que o Ministério Público se ocupa do assunto de forma incompetente. Eles dizem que não lhes posso chamar incompetentes, eu acho que sim, desde que o juízo recaia sobre o trabalho em questão. Eles não gostam, acham que são uma espécie de filhos de Deus, detentores da verdade, enquanto supostos órgão de soberania, e, por isso, tive um certo cuidado. Quis ter uma linguagem defensável.

Pediu autorização à Ordem dos Advogados para falar?

Eu nunca quis fazer política profissionalmente. Sou advogado, fiz sempre advocacia com convicção e paixão. A principal virtude dos advogados é saber escolher a defesa de quem tem razão, de quem merece justiça. E defendê-lo com grande convicção. Ser submetido a julgamento já é mau, mas se se for inocente ainda é pior. Mesmo nos casos mais mediáticos em que tenho tido participação, nunca falei sem autorização da Ordem dos Advogados. Foi, entre outros, o caso da juíza Fátima Galante, acusada pelo Ministério Público da prática de um crime de corrupção no exercício das suas funções, o que é gravíssimo. Mas a Senhora Juiz não foi sequer pronunciada, apesar do recurso do Ministério Público para o Supremo Tribunal de Justiça. Foi de igual modo o caso do Eng.º Carlos Melancia, então Governador de Macau, também ele acusado de corrupção e que, obviamente, nunca foi condenado, apesar dos sucessivos recursos do Ministério Público. Com vêem, muitas vezes não são os advogados que atrasam os processos.

Em relação a José Penedos no caso Face Oculta, mantém a mesma



“

As associações sindicais de juízes e magistrados ocupam quase mais tempo na comunicação social do que o Benfica, Sporting e Porto juntos

perspectiva: estamos perante uma pessoa inocente, injustiçada?
Estou convencidíssimo que sim.

Em que estado fica a justiça no meio de tudo isto?

Nesta crise da justiça, os principais culpados são os portugueses em geral.

Porquê?

Porque não têm o sentido de cidadania, de responsabilidade e de respeito pelos tribunais e pela justiça que deviam ter. Todos os dias aparecem nos escritórios de advogados, eu diria, à volta de 50% de clientes que não têm razão. O que acontece, na maior parte das vezes, é que o advogado fica a saber que o cliente não tem razão e mesmo assim aceita defendê-lo.

Mas todos, até os criminosos, têm direito a ser defendidos.

Mas a defesa não é para mentir. Você deve dinheiro, pode dizer que paga mais tarde ou que não pode pagar, há sempre uma justificação, nem que seja psicológica. Pode até explicar que não paga porque é pobre. Não se pode mentir. Depois há um conluio entre o cliente e a defesa para se arranjar testemunhas que mentem e o pobre do juiz ouve cinco pessoas a dizer encarnado e outras cinco a dizer que é verde, e tem de perceber quem é que tem razão.

Os juízes sabem fazer bem essa distinção?

Os juízes portugueses devem ser a classe menos corrupta que há em Portugal. Têm bom senso, julgam com bom senso, e não são corruptos. Nós, advogados, temos uma deformação profissional e o Ministério Público também. Por exemplo no célebre caso de António Champalimaud, o Ministério Público teve a coragem de defender a sua absolvição. De facto, assim o impunha o princípio da legalidade. Mas quantas vezes o Ministério Público actua desta forma? Pelo contrário, tem geralmente um espírito acusatório sem sentido.

E esse espírito acusatório tem por detrás uma vontade política?

Eu, que também tenho um particular gosto pela política e me interesso pela sua prática quotidiana tenho de reconhecer que no fundo tudo é política. Quando os casos parecem ter uma natureza mais política, é evidente que isso também conta. Admito, sem ter feito quaisquer estudos, que no seio do Ministério Público há uma razoável percentagem de “ingenuidade”, há ainda uns “amanhãs que cantam” que ficaram da revolução do 25 de Abril, mas o conseqüente abrandamento dos seus ideais trouxe para muitos uma nova esperança: a de se conseguirem esses “amanhãs” através da justiça, o que do ponto de vista psicológico é natural, mas do ponto de vista quer político quer jurídico é certamente errado.

Demorou algum minuto a decidir se aceitava defender José Penedos no caso Face Oculta?

Costumo dizer a todos os clientes que me devem contar a “história” toda, com todos os pormenores, nunca há detalhes a mais. E acrescentava que naquele momento era fácil escolher outro advogado, tão bom ou melhor do que eu, mas se no meio do processo a história que me foi contada não

VIDA

correspondesse à verdade, eu renunciaria ao mandato. Não disse isto ao eng.º José Penedos...

Não foi preciso?

Por um lado, porque já o conhecia; por outro lado, porque nós fomos chamados a tomar conta do caso não pelo eng.º Penedos, mas pela própria REN. Somos advogados de referência da empresa e quando foram alvo da busca judicial fomos chamados com urgência pela própria Comissão Executiva da REN. Acabámos por ser, naturalmente, advogados de José Penedos sem que da parte dele tivesse havido um convite expresso, mas sim na sequência dos serviços habitualmente prestados à REN. Não houve portanto nem ocasião nem necessidade de com ele termos a referida conversa. Conheço várias pessoas que o conhecem bem e que têm falado comigo, garantindo-me aquilo em que acredito: é uma pessoa séria e está inocente.

Entrou sempre no Tribunal de Aveiro bem disposto até ao último dia em que estava com um ar visivelmente incomodado. A decisão do juiz desiludiu-o?

Apesar desta longa experiência, de advocacia e de vida, convenci-me de que não seriam aplicadas aquelas medidas de coacção. Convenci-me. O facto de o juiz de instrução criminal se ter distanciado das medidas de coacção que foram promovidas pelo Ministério Público em relação ao Paulo Penedos, filho do eng.º José Penedos, descansou-me quanto a uma preocupação que tinha: a de que o pensamento do juiz de instrução criminal andasse a par das intenções do Ministério Público. O juiz alterou de 250 mil para 25 mil euros a caução de Paulo Penedos e alterou também a acusação de dois para apenas um crime.

Apesar dos 50 anos que leva como advogado foi surpreendido. Porque escreveu “é-me difícil encontrar” uma decisão tão injusta?

Lembro-me que tive cuidado com essa expressão, pois não posso dizer que seja a pior decisão com que já fui confrontado, talvez a da juíza Fátima Galante, por exemplo, seja mais ofensiva. No caso Melancia, ao fim de sucessivos recursos, perdidos pelo Ministério Público deparei-me com um homem destruído, em quem muita gente confiava e que podia ter tido um futuro brilhante mas que, injustamente acusado de corrupção, não tinha resistido ao implacável julgamento popular que lhe foi montado. Ainda hoje, a propósito do caso Face Oculta, os comentadores parecem brincar com a justiça e a comunicação social também. Mas com a honra das pessoas não se brinca.

E isso começa pela violação do segredo de justiça?

É evidente. Eu com a idade estou a ficar mais intransigente e costume dizer que estou farto de me queixar contra “terceiros”, gostava sim de ver apanhados os “primeiros” responsáveis. Porque na generalidade dos casos que defendo, tenho feito queixa contra “terceiros”, (“contra desconhecidos”), porque não sei quem violou o segredo de justiça e recebo sempre a notícia de

que o processo foi arquivado. O Ministério Público consegue descobrir muitos crimes, felizmente, mas quanto a este crime tem sido difícil encontrar os responsáveis, salvo quando são jornalistas.

Quem são os responsáveis pela violação do segredo de justiça?

Acho que seria fácil descobrir os responsáveis se o Ministério Público, de tempos, a tempos escutasse todas as pessoas que têm contacto com o processo. Sabiam logo. Têm tanta escuta, estão tão ocupados a escutar toda a gente (até a mim se calhar) têm tantos aparelhos ocupados, que deviam era colocar esses aparelhos e escutá-los a eles próprios: Ministério Público, Polícia Judiciária e funcionários judiciais. Muitas vezes podem ser os advogados, que não são melhores nem piores, mas existem muitos processos que estão em segredo de justiça e que aparecem nos jornais antes mesmo dos advogados terem conhecimento do processo.

Reparei que tem no seu gabinete todos os jornais do dia. Tem tido a preocupação de ver o que dizem os jornais sobre a Face Oculta?

Eu sou surpreendido muitas vezes. Já li “Rolexs tramam engenheiro” mas nunca li a palavra Rolex em nenhuma parte do processo. Só se têm lá essa parte guardada, não sei. Tenho ideia que a comunicação social também começa a atirar para o ar.

Mas como é possível compatibilizar o tempo da justiça com o tempo dos jornais e da informação?

A sociedade civil e a comunicação social têm um ritmo acelerado, mas os tribunais não andam ainda a esse ritmo e têm de se adaptar. A forma de o fazer é complicada. Por exemplo, perante a enorme pressão para que José Penedos renunciasse, eu aconselhei-o sempre a não suspender funções e assumo essa responsabilidade, embora a decisão tenha sido exclusivamente dele. Se ele sabe que está inocente por que é que há-de pedir a suspensão? Não

compreendo bem! O caso Casa Pia ensinou a todos os portugueses um bocado de direito mas devo dizer que é melhor não saber nada do que saber pouco, porque assim os portugueses passam a julgar que sabem tudo. Mas não sabem que a constituição de arguido é para defesa do próprio. Passaram, sim, a saber que era fácil constituir alguém arguido, basta uma carta anónima. Eu, aliás, disse a José Penedos para não dizer que tinha a consciência tranquila. Nunca. Dá-me a sensação que todos os criminosos dizem que têm a consciência tranquila. É como aqueles jogadores que quando cometem uma falta põem logo os braços no ar. Se eu fosse árbitro e visse os braços no ar tinha logo a tentação de marcar pénalti, porque dá a sensação de culpabilidade. O eng.º José Penedos sabe que não cometeu nenhum crime, sabe que é legitimamente presidente de uma empresa e, de repente, pressionam-no para pedir a suspensão? Porquê? O que ganha com isso? Quem é que ganha

com isso? O Estado? E arranjou-se logo um problema, porque no dia seguinte ele tinha uma reunião do Conselho de Administração em Espanha, em que a REN se deveria fazer representar mas não podia porque não tinha sequer sido notificada da decisão do tribunal.

A empresa foi muito afectada?

A REN não tem o capital muito disperso, isto é, o título tem pouca liquidez. Se tivesse sido uma tragédia. E quem é que paga isso? O Ministério Público, o juiz ou os jornalistas?

Mas afinal de contas o que falta à justiça para funcionar bem?

Diria que isso passa essencialmente por uma educação cívica que demora anos, mas também por uma preparação dos profissionais, dos advogados, dos magistrados. O CEJ é muito importante e os juizes devem ter mais poderes para actuarem no decurso do processo, que é demasiado formal e burocrático.



A REN não tem o capital muito disperso, isto é, o título tem pouca liquidez. Se tivesse sido uma tragédia. E quem é que paga isso?

Acha que temos um sistema penal que dá muitas garantias aos arguidos?

Também não é tão garantístico quanto isso. Eu peço muitas vezes a litigância de má fé (há quem diga que tenho um feitio difícil), mas a verdade é que muitas vezes vê-se mesmo que as testemunhas estão a mentir. Os juizes não utilizam o poder que têm, querem-no mas não o utilizam. Eu reforçava os poderes dos juizes porque é a única maneira de termos uma justiça mais célere. Senão é impossível. Outro exemplo, é o do abuso das testemunhas abonatórias, o que é ridículo. É à portuguesa...

Defende que o juiz tenha mais poder do que o Ministério Público?

Não me queira liquidar junto do Ministério Público. Não me vou meter nisso. Acho que o Ministério Público, a existir com o estatuto actual, tem de ter autonomia e independência. Mas o Ministério Público, embora esteja submetido a uma hierarquia, está sempre em constante conflito: critica o PGR, discute a Constituição, menospreza todas as leis e opina sobre processos em curso. E, isso, é que já não cabe nas suas funções.

E o PGR não tem mão nisso.

Não queria entrar por aí. Mas, de facto, é uma loucura o que se está a passar. Este clima, em grande parte inflacionado pela Associação Sindical de Juizes, pode estar a criar uma das maiores crises do Estado Democrático.

Temos a suspeição da classe política. O que lhe parece?

Acho extraordinário que os dois sindicatos (a Associação Sindical de Juizes e o Sindicato do Ministério Público) ocupem quase mais tempo na comunicação social do que o Benfica, Sporting e Porto juntos. Estão constantemente nas televisões e jornais a vitimizar-se, a por em causa tudo aquilo que não lhes agrada.

Acha que falam demais?

Mal e demais. Já estão, por exemplo, a falar na revisão da Constituição, que só deverá ter lugar daqui a dois anos.

Mas como se inverte esta caminhada em passos largos para a crise?

Tem de haver intervenções a sério sobre a justiça e é preciso trazer as pessoas para este debate. Por isso, não estou disposto a assistir passivamente a que isto continue assim. Será o fim.

Estamos perto do fim?

Estamos numa situação má.

É um advogado experiente e conhece praticamente todas as pessoas que têm valor acrescentado a falar sobre a justiça. Vai fazer alguma coisa?

Temos um auditório lá em baixo [no primeiro andar da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados] e gostaria de pôr as pessoas a discutir os problemas da justiça. Gostava de ir buscar homens e mulheres (os senadores, no bom sentido da palavra, de que vocês falam) que continuam a ter influência no país para obrigar os partidos, também, a tomar consciência de todos estes problemas. Temos um Ministro

VIDA

MAKING OFF

José Manuel Galvão Teles sabe receber. Antes da entrevista e do almoço que nos acompanhou, levou-nos a conhecer o edifício da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados. Começamos pelos quadros que tem no seu gabinete e parámos, atentamente, na entrada da firma onde está exposto um quadro de Nikias Skapinakis, cedido temporariamente pela Fundação Serralves. Depois conhecemos o auditório João Morais Leitão, em homenagem ao seu colega de curso. Terminaram direito em 1960, fundaram a firma em 1993. O seu amigo João, morreu em 2006.



da justiça que é um óptimo jurista, um óptimo político, e uma pessoa de bem. Há que aproveitar o momento.

A Associação Sindical de Juízes atacou a presença do seu colega Rui Patrício, na última reunião do Conselho Superior de Magistratura. O que lhe pareceu esta crítica?

Acho anormal! Acho irresponsável. A questão que se coloca é a do cumprimento da lei. Se a lei autoriza e é igual para todos por que é que este caso é diferente? Por que incomoda a associação sindical? São os juízes a mostrar uma parcialidade e uma casualidade inacreditáveis. Eu, pessoalmente, tenho defendido, desde há muito que os membros do Conselho Superior de Magistratura deveriam estar em exclusividade. Mas é a minha tese. A Associação Sindical de Juízes gosta de se substituir ao Executivo, ao legislador, pensa que tem a verdade toda e proclama-a ao país.

Jorge Sampaio apelou à responsabilidade de todos. Reconhece-se neste pedido?

Sim, seria uma das pessoas que gostaria que entrevistasse, para que o país possa contar com uma palavra de bom senso sobre um problema que também o preocupa muito. Cunha Rodrigues era outro dos nomes, é certamente uma das pessoas que melhor conhece os problemas da justiça em Portugal.

Os políticos continuam a estar sob permanente escrutínio e suspeita por parte da justiça. É possível um Governo viver debaixo deste clima?

Acho que é muito difícil e deixo a minha homenagem ao primeiro-ministro, porque que tem tido uma grande capacidade de resistência. Não conheço os casos concretos, mas o que sei é que uma pessoa não pode viver sob suspeição. O direito fez-se para ser aplicado com base em factos e não em meros pressupostos. Por isso, é que há a presunção de inocência. Eu acho que

deve haver respeito por todas e cada uma das decisões judiciais. Enquanto se é arguido, há uma simples suspeição que não tem sentido nenhum do ponto de vista social. Ao que parece surgiu agora uma outra figura jurídica, inventada neste país, que é a do “pré-arguido”. Relativamente ao primeiro-ministro – entretanto constituído “pré-arguido” – então a suspeita é zero: não vale nada. Quem a lança talvez devesse encarnar uma figura jurídica nova do processo penal: a do “automaticamente condenado”.

Há uma campanha contra Sócrates?

Eu tenho grande admiração e respeito pelo senhor ministro da Economia que falou em “espionagem política” no caso Face Oculta. Acho que é um homem muito sério e competente e se ele me quiser por ao lado dele, tenho muito gosto. Se for a julgamento, e não sendo o seu advogado, aceitarei com muito gosto ser co-arguido. Há uma quantidade de factos estranhos em todo este processo. Há nexos de causalidade que não se compreendem. A expressão que ele utilizou foi a mais correcta? O que interessa é ter sido um homem sério a dizer o que sentia e eu subscrevo totalmente a ideia. Mas não fui ao dicionário ver o que quer dizer “espionagem política”. Acho que o nosso Ministério Público e os nossos políticos vêem muitos filmes policiais.

A frase de Vieira da Silva pode ser vista como espionagem da justiça ou uma campanha política. Reconhece-se em alguma dessas ideias?

Todas estas violações do segredo de justiça são estranhas e alguém agiu mal. Não sei quem, mas cabe ao Ministério Público descobrir.

Formou-se em 1960. Sempre exerceu advocacia?

Desde 1961 o único ano em que não exerci advocacia foi quando fui embaixador nas Nações Unidas, em



Ao que parece surgiu agora uma outra figura jurídica, inventada neste país: a do “pré arguido”

Nova Iorque a convite de Melo Antunes.

Integrou o MES?

Costumo dizer que estivemos no “pré-MES”, porque saímos no primeiro congresso constitutivo.

Considera-se um homem de esquerda? Da esquerda clássica e socialista?

No 25 de Abril entendíamos que os partidos socialistas da época (diferentes do que são hoje) deveriam conciliar a democracia representativa com aspirações socialistas. Nessa altura combatemos o PCP que não aceitava aquilo a que chamava a democracia burguesa. Em qualquer caso em 1974 houve uma oportunidade única de fazer essa experiência.

Sempre foi a tribunal. É um “advogado de barra”?

Não havia outra advocacia quando eu comecei a exercer. Trabalhei com o meu tio que era um grande advogado, o José Maria Galvão Teles, e tive uma escola de advocacia muito boa e muito exigente. Tive a sorte de trabalhar com um grande advogado e de não ter de andar a procurar clientes. É evidente que tinha o nome feito – Galvão Teles –, o que conta muito. Hoje costumo dizer aos advogados mais novos que uma acção ganha-se na forma como se conduzem as primeiras reuniões com os clientes. Tem de se descobrir se o cliente tem razão ou não, e só aceitar os clientes que têm razão ou defende-los mas apenas na medida da sua culpa.

Sabe quantos clientes teve?

Não tenho essa contabilidade feita. No outro dia um colega meu, mais novo, estava a criticar os juízes e as decisões que tomam, e eu dizia que não sinto isso. Tenho a impressão de que muitos advogados pegam nos casos sem estudar o assunto. Posso dizer que tive a vida facilitada, tinha um nome na praça, feito pelos meus tios, que sempre procurei não estragar.